

São Paulo registra aumento de feminicídios em janeiro deste ano

No total, foram 27 mulheres assassinadas, cinco a mais que em janeiro de 2025

O estado de São Paulo registrou 27 vítimas de feminicídio em janeiro deste ano, cinco a mais do que no mesmo mês de 2025, quando foram contabilizadas 22 mortes. Os dados foram divulgados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) e indicam o maior número para o mês desde o início da série histórica.

De acordo com a pasta, em 15 das 27 ocorrências os autores foram presos em flagrante. No interior paulista, foram registradas 20 mortes no primeiro mês do ano, com 12 prisões em flagrante. As demais vítimas foram assassinadas na capital e na região metropolitana.

Os números reforçam uma tendência preocupante. Em 2025, São Paulo já havia registrado o maior número anual de feminicídios desde 2018: foram 270 vítimas ao longo do ano, aumento de 6,7% em relação a 2024, quando 253 mulheres foram assassinadas em razão do gênero.

Desde o início de 2026, novos casos têm chamado a atenção. Na semana passada, Cibelle Monteiro Alves foi morta a facadas pelo ex-companheiro enquanto trabalhava em uma joalheria em um shopping de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista.

No domingo (1º), um homem foi preso suspeito de matar a ex-mulher por asfixia após uma discussão sobre partilha de bens



Tânia Rêgo/Agência Brasil

Estado já havia atingido maior marca histórica em 2025, com 22 mortes em janeiro daquele ano

em um motel em Sapopemba, na Zona Leste da capital.

Os dados da SSP mostram que o interior paulista concentrou a maior parte das ocorrências registradas em janeiro. Foram 20 das 27 mortes no estado, evidenciando que a violência de gênero atinge municípios de diferentes portes e regiões e não se limita aos grandes centros urbanos.

Ciclo de violência

Especialistas alertam que o feminicídio raramente ocorre de forma repentina. A pesquisa-

dora Daiane Bertasso, do Laboratório de Estudos de Feminicídios (Lesfem), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), explica que esses crimes costumam ser o desfecho de um ciclo contínuo de violência.

“O feminicídio não é um crime inesperado. É um crime que resulta de relações familiares e íntimas. E ele se dá depois de um ciclo de violências de vários tipos. A própria Lei Maria da Penha, que tipifica vários tipos de violência - psicológica, emocional, patrimonial - ela explica

o quanto esse ciclo de violência vai se agravando”, disse.

A pesquisadora acrescenta que o machismo, a misoginia e uma sociedade voltada para os valores masculinos contribuem para que as pessoas ignorem os sinais de violência que precedem os feminicídios.

“Muitas vezes a mulher se sente intimidada, envergonhada, não socializa isso com a família. Quando ela socializa, muitas vezes, a família diz que é [apenas] um momento, uma fase”, relatou.

Além disso, casos recentes de feminicídio que tiveram destaque na imprensa demonstram que, mesmo mulheres com medida protetiva contra seus agressores, não receberam efetivamente a proteção do Estado e acabaram mortas por eles.

“Seria importante a gente ter políticas públicas mais eficazes e que essas mulheres possam se sentir de fato acolhidas”, disse Bertasso.

A masculinidade tóxica é mais um elemento que gera violência contra as mulheres no país. “A gente tem uma linha de pesquisa que estuda a machosfera, e a gente tem percebido que essas redes têm fortalecido muito esses ideais [machistas e misóginos]. E isso, infelizmente, está formando jovens e crianças com esse pensamento.”

“Precisaria ter uma educação voltada para relações de gênero nas escolas como obrigatório, para evitar que essas crianças e jovens sejam cooptados por esse espaço digital que não tem muito controle”, avaliou.

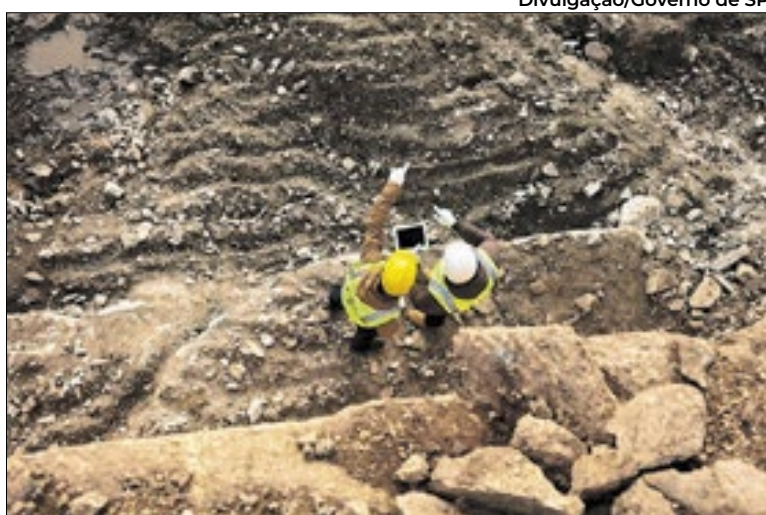
Em âmbito nacional, o Brasil atingiu número recorde de 1.518 vítimas de feminicídios em 2025, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o que representa quatro mortes por dia. No ano anterior, em 2024, o país já havia registrado 1.458 vítimas, mantendo a tendência de alta observada nos últimos anos.

Governo começa a elaborar o Plano Estadual de Mineração

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística iniciou a elaboração do Plano Estadual de Mineração 2050, que vai orientar o setor até 2050. O trabalho será executado por consultores e professores da USP, por meio da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia. Em 15 meses, a equipe reunirá dados e definirá diretrizes para fortalecer a mineração paulista.

O plano terá seis cadernos temáticos sobre cenário do setor, produção, empregos, sustentabilidade e recuperação de áreas. Segundo a subsecretária Marisa Maia, o documento trará diretrizes alinhadas às políticas ambientais e de desenvolvimento.

O processo contará com workshop e consulta pública. A proposta, segundo Marisa, é conciliar uso responsável dos



Divulgação/Governo de SP

O Plano Estadual de Mineração vai orientar o setor até 2050

recursos, proteção ambiental e desenvolvimento.

Voltada à construção civil, a mineração paulista responde por 70% da areia industrial do País, 50% da areia comum, 30% da brita e 16% da argila. São 3.443 empreendimentos ativos, com

produção superior a 130 milhões de toneladas em 2024 e mais de 13 mil empregos formais.

Na água mineral, o Estado lidera o ranking nacional, com 27% da produção: 6,4 bilhões de litros em 2024, distribuídos em 336 empreendimentos.

Veículos licenciados ultrapassam 4,4 mi

Mais de 4,4 milhões de proprietários já anteciparam o pagamento do licenciamento 2026 em São Paulo. Nos dois primeiros meses do ano, 4.440.097 veículos tiveram a taxa quitada, o equivalente a cerca de 16% da frota ativa do estado. A adesão demonstra interesse dos condutores em regularizar a documentação antes do calendário oficial, que ocorre de julho a dezembro, conforme o final da placa.

A antecipação está disponível para veículos de qualquer placa e permite iniciar o ano com a situação regular, evitando multas e restrições administrativas. Após a quitação de débitos, a atualização do documento é imediata no sistema, dispensando a emissão de versão física pelo correio.

O procedimento pode ser feito pelo portal do Detran-SP,

onde também é possível consultar pendências, pagar multas — inclusive via Pix — e regularizar anos anteriores. Para concluir o licenciamento, é necessário quitar multas, IPVA e pagar a taxa de R\$ 174,08, informando o Renavam.

O CRLV-e pode ser baixado ou impresso em papel comum pelo site do Detran-SP, do Poupatempo ou da Senatran, além dos aplicativos oficiais. O documento digital tem validade jurídica e pode ser apresentado pelo celular em fiscalizações.

Circular com o licenciamento vencido é infração gravíssima, com multa, sete pontos na CNH e possibilidade de recolhimento do veículo. Nesses casos, a liberação pode ser solicitada pelo serviço digital LIVE, após a quitação dos débitos e das taxas de estadia no pátio credenciado.